

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL E O PAPEL DA GOVERNANÇA TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO NOROESTE COLONIAL

Darlan Ariel Prochnow

Lidiane Kasper

Tatiane Batista Boeno Peno Nogueira

Jorge Oneide Sausen

GT3: Cultura, identidade e territórios

RESUMO

O processo de regionalização do turismo, no estado do Rio Grande do Sul, passou por diferentes fases até chegar ao estágio atual, que concebe diferentes regiões turísticas, as quais consideram características como a história e a cultura de cada região. Ao discorrer sobre o processo de regionalização, o presente estudo possui como centralidade a região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. O objetivo consiste em analisar, nesta região turística, o processo de regionalização do turismo, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística. Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa e descritiva. Os dados foram coletados mediante entrevista em profundidade, pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados revelam que a governança territorial, por meio da articulação de diferentes atores locais e regionais, tem sido fundamental para estruturar ações colaborativas, fortalecer a identidade regional e consolidar a Rota ACS como destino turístico sustentável. A atuação de instituições como AMUPLAM e COREDE Noroeste Colonial tem permitido integrar municípios, promover capacitações e qualificar a oferta turística. Conclui-se que o fortalecimento da governança contribui diretamente para a valorização dos recursos locais e para a dinamização econômica do território.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Turismo. Governança.

INTRODUÇÃO

O turismo, enquanto atividade socioeconômica estratégica, tem assumido um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento regional, especialmente quando articulado a partir de políticas de regionalização que prevê a descentralização da gestão das instâncias de governanças locais, com olhar para as singularidades históricas, culturais e naturais de cada território (Rodrigues; Souza, 2015). Para a Organização Mundial do Turismo (2003) as atividades turísticas buscam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida, preservando simultaneamente os recursos naturais e a integridade cultural da comunidade local.

As atividades turísticas, assim como demais atividades que envolvem o consumo de bens privados, preponderam com a origem em regiões mais ricas, entretanto, em termos relativos, a renda proveniente do turismo pode ser mais relevante nas regiões menos desenvolvidas e que não apresentam a mesma diversidade de atividades produtivas. Portanto, a diminuição de desigualdades regionais de renda é um dos significativos benefícios atribuídos aos investimentos em turismo (Rabahy, 2020).

O potencial da atividade turística em promover o desenvolvimento sustentável vem sendo fortalecido no Estado do Rio Grande do Sul, mediante o mapeamento de regiões turísticas de acordo com as peculiaridades e características de cada região, destacando-se os aspectos históricos, culturais, arquitetônicos e naturais. Ao todo,

o estado gaúcho conta com vinte e sete regiões turísticas, incluindo a região objeto deste estudo, denominada “Rota das Águas, Culturas e Sabores (Rota ACS)”, a qual compreende onze municípios localizados no Noroeste Colonial gaúcho. O projeto da Rota ACS conta com a colaboração de diferentes entidades, como a Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio (AMUPLAM), Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (COREDE NorC) e Prefeituras Municipais (Rio Grande do Sul, 2025).

Nesse contexto, a governança territorial emerge como elemento central para a cooperação entre diferentes setores e instituições, contribuindo para a construção da identidade turística da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Por governança territorial, compreende-se o processo de articulação de atores no âmbito de um território, de forma colaborativa, envolvendo os agentes governamentais e representantes dos setores associativos, empresariais e universitários, em relações pautadas pela prática democrática, objetivando a resolução de problemas de ordem pública, bem como no planejamento do futuro pretendido no território (Dallabrida, 2015).

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, com foco na região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do estado, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para a compreensão da governança territorial como um instrumento de fortalecimento da identidade turística regional, articulando conceitos de desenvolvimento sustentável, planejamento territorial e políticas públicas de turismo. Em termos práticos, a pesquisa oferece subsídios que possam orientar gestores públicos, consórcios regionais e demais atores envolvidos na organização do turismo regional, especialmente em territórios que buscam alavancar o desenvolvimento por meio da valorização de seus recursos locais.

Estruturalmente, o artigo está organizado em cinco seções além desta introdução: a primeira descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; na segunda e terceira parte, é discorrido sobre o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, e a governança territorial; por conseguinte, são discutidos os resultados obtidos na análise, abordando o papel da governança territorial na construção da identidade turística da região noroeste colonial gaúcha. Por fim, a última seção traz as considerações finais, destacando os principais achados, limitações e possíveis desdobramentos futuros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada para a compreensão das dinâmicas que envolvem o processo de regionalização do turismo e o papel da governança territorial na construção da identidade turística da região denominada “Rota das Águas, Culturas e Sabores” (Rota ACS), no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, uma das vinte e sete regiões turísticas do estado. Por meio da pesquisa qualitativa é possível uma análise aprofundada dos significados atribuídos pelos atores sociais envolvidos, além de captar as complexidades do contexto territorial e institucional estudado (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013).

A escolha da Rota ACS, como área de estudo, se justifica como relevante ao escopo da pesquisa. Primeiramente, trata-se de uma região turística em desenvolvimento, que oferece um cenário propício para investigações que envolvam o turismo sustentável, o desenvolvimento regional e a valorização de identidades locais. Além disso, a região possui potencial turístico ainda pouco aproveitado em relação a outras rotas consolidadas do Rio Grande do Sul, sendo uma oportunidade para o fortalecimento do turismo e de geração de valor para os atores locais. Aspectos logísticos e de viabilidade de coleta de dados também foram considerados na delimitação territorial do estudo focado na Rota ACS.

Quanto aos procedimentos, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista em profundidade, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, caracterizando uma triangulação metodológica, usada para aumentar a validade e confiabilidade dos resultados (Minayo, 2001).

Vale destacar que o Ministério do Turismo reconhece estruturas de governança com diferente caráter jurídico como por exemplo: associações, fóruns, conselhos, comitês, consórcio e outros colegiados (Rodrigues; Souza, 2015). Com base nesse reconhecimento, optou-se por realizar uma entrevista em profundidade com a interlocutora regional da Rota das Águas, Culturas e Sabores, que também exerce a função de secretária administrativa da Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAM), entidade considerada uma das estruturas de governança da rota.

A escolha metodológica por uma única entrevista se justifica pelo papel estratégico da entrevistada, que, em virtude de sua posição institucional, possui uma visão abrangente e articulada das dinâmicas e atores envolvidos no processo de governança. A entrevista, com duração aproximada de duas horas, proporcionou dados suficientes para compreender os principais aspectos investigados e objetivados com este estudo. Dada a profundidade das informações obtidas e a centralidade da entrevistada no contexto analisado, considerou-se que novas entrevistas não seriam necessárias para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

Complementar a isso, realizou-se uma pesquisa documental que compreendeu a análise de documentos oficiais, planos de desenvolvimento e materiais de divulgação da Rota ACS, os quais contribuíram para a caracterização do processo de regionalização e das práticas de governança adotadas. De modo paralelo, a pesquisa bibliográfica permitiu a fundamentação teórica do estudo, com foco em obras e artigos científicos sobre turismo regional, governança territorial e desenvolvimento sustentável.

A metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), foi empregada na análise, exploração e compreensão do estudo em sua totalidade permitindo a compreensão crítica sobre o papel da governança na conformação da identidade turística regional e seus desdobramentos para o desenvolvimento local. Esta análise de conteúdo envolve uma série de métodos de análise das comunicações, com o objetivo de obter a descrição das mensagens e expressões deste conteúdo, possibilitando a inferência de saberes.

A metodologia de Análise de Conteúdo foi estruturada em três eixos cronológicos, conforme delineado por Bardin (2016). A primeira etapa, a pré-análise, consistiu na leitura flutuante e exploratória do material coletado, incluindo entrevistas, documentos institucionais e referências bibliográficas, com o intuito de identificar conteúdos relevantes, organizar as unidades de registro e definir os critérios de categorização. A segunda etapa, denominada exploração do material, foi marcada pela codificação sistemática e pela categorização temática, com a aplicação rigorosa dos critérios estabelecidos, permitindo a organização dos dados em categorias analíticas coerentes com os objetivos da pesquisa. Por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação envolveu a análise crítica e integrada dos dados, destacando regularidades, contradições e sentidos emergentes. Essa etapa possibilitou a formulação de interpretações consistentes e a construção de inferências que subsidiam as conclusões sobre a atuação da governança na identidade turística regional.

PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL

O processo de regionalização do turismo, conduzido pelo Estado, consiste na estruturação espacial e na descentralização dos esforços, com a finalidade de planejar as atividades e destinos turísticos, aspectos de suma importância para o desenvolvimento territorial (Rodrigues; Souza, 2015).

Iniciativas de regionalização do turismo, tem como objetivo o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada e participativa de todos os agentes sociais que promovem a atividade turística nas regiões. Tal estratégia busca estruturar produtos turísticos de qualidade que possam ser comercializados, de maneira sustentável, nos mercados nacional e internacional. No estado do Rio Grande do Sul os primeiros processos de estruturação do turismo utilizaram o município e suas características e capacidades como unidade para estabelecer as estratégias de atuação (Costa; Carvalho, 2012).

Deste modo, no processo de regionalização do turismo, no Rio Grande do Sul, destacam-se seis etapas: 1) estabelecimento das zonas turísticas (1976); 2) segmentação em áreas turísticas efetivas e potenciais (1983 a 1990); 3) implementação de programas de turismo no contexto da formação dos COREDES (1991 a 1994); 4) dissolução da Companhia Riograndense de Turismo e refundação da Secretaria de Estado de Turismo (1995 a 2003); 5) uso dos programas de turismo do Rio Grande do Sul como referência para o Ministério do Turismo

brasileiro (2003 a 2004); e 6) atualização do mapa e alteração de zonas para regiões turísticas (Machado; Tomazzoni, 2011).

No entanto, desde as fases iniciais, não se compreendeu a verdadeira relevância da organização regional e dos critérios de institucionalização. As regiões eram estabelecidas com base em políticas governamentais frequentemente desvinculadas da realidade do turismo e da demanda por reconhecimento e investimentos no setor. Esse contexto começa a ser alterado a partir de 1985, quando começou a ser identificada uma categorização dos pólos turísticos com base em diferentes níveis de desenvolvimento turístico, o que justificou políticas de investimento específicas. Desta forma, o critério de regionalização foi utilizado em programas de financiamento e promoção, conforme o grau de organização do turismo (Machado; Tomazzoni, 2011).

Em 1991, as áreas turísticas foram estabelecidas com base na estrutura desenvolvimentista dos COREDES, visando preservar características mais relacionadas à atividade. Esta foi a sugestão mais evidente de implementação do conceito de organização regional no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, o modelo de COREDES não foi adequado para satisfazer as demandas turísticas, gerando discussões entre os atores municipais, que não se reconheciam como partícipes de uma região. Essas discussões mostram a relevância da participação da comunidade local, com base no conceito de governança do turismo regional e nos valores das identidades sociais e culturais (Machado; Tomazzoni, 2011).

Assim sendo, o processo de regionalização do turismo no estado Rio Grande do Sul é resultado de uma estratégia que busca integrar os municípios em regiões turísticas, respeitando suas especificidades culturais, históricas e naturais. Atualmente, o estado conta com 27 regiões turísticas, que abrangem 393 dos 497 municípios gaúchos, posicionando-o como o segundo estado brasileiro com maior número de municípios regionalizados (Rio Grande do Sul, 2025).

Cada região turística do Rio Grande do Sul apresenta características únicas que refletem a diversidade cultural e geográfica do estado. Por exemplo, a Rota das Águas, Culturas e Sabores, situada no Noroeste Colonial, evidencia a riqueza da cultura regional, da culinária típica e das paisagens naturais ligadas aos rios e às práticas rurais, valorizando os atrativos locais e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas (Rio Grande do Sul, 2025).

Nesse contexto, sendo a formação de Instâncias de Governança um dos pilares fundamentais do planejamento regional do turismo, é notável a importância de estudos que buscam analisar a estrutura desses espaços, principalmente para entender as interações intrínsecas ao setor atividade que pode se tornar insustentável a curto prazo, se não for adequadamente planejada e gerida por quem a impulsiona (Xavier; Totti, 2021).

GOVERNANÇA TERRITORIAL

No ambiente acadêmico e entre os formuladores de políticas públicas, cresce a consciência da relevância de uma governança eficaz para a criação de um desenvolvimento econômico, social e ambiental regional. Portanto, Governança é um conceito amplo, sendo frequentemente confundido. Pode ser utilizado em relação a estratégias de administração de empresas (governança empresarial), táticas de proteção ambiental (governança ambiental), ou ainda em relação a métodos de administração pública, combate à corrupção e suborno de servidores públicos (governança pública). Além de sua natureza difusa, a ideia de governança parte da busca pelo aprimoramento do comportamento humano e da administração das instituições (Marques; Alves, 2010; Alves, 2001).

A expressão governança surge de estudos sobre o universo empresarial. Ronald Coase, em 1937, publicou um artigo chamado "*The Nature of the Firm*", o qual não gerou grandes discussões, mas foi retomado por Oliver Williamson nos anos 70. Desde então, o termo governança ganhou destaque e passou a ser usado para se referir aos mecanismos operacionais da empresa para realizar coordenações efetivas. Isso inclui os protocolos internos, quando a empresa cria suas redes, e questiona as hierarquias internas, contratos e normas quando ela aceita a terceirização. Posteriormente, o termo foi transposto do universo empresarial para o universo do poder e das instituições (Dallabrida; Becker, 2003).

Assim sendo, uma das definições mais empregadas do termo governança foi concebida pelo Banco Mundial, em sua cartilha intitulada *Governance and Development* (1992). Neste documento, a governança é referida como o poder exercido na administração de recursos sociais e econômicos visando construir estratégias para o desenvolvimento de um país (*World Bank Group*, 1992).

Ostrom (1990) considera a governança como uma dimensão de normas e regras determinadas em conjunto, destinadas a regular o comportamento individual e de grupo. Seus estudos são representativos, especialmente no âmbito da governança de recursos de propriedade comum (*commons*). Já para Torfing et al. (2012) o termo governança é utilizado para nos referirmos a tentativas coletivas de orientar a sociedade e a economia de acordo com objetivos e normas comuns sujeitos a negociação contínua.

No entendimento de Coppedge (1995), o termo *governance* (governança) versa sobre as relações entre os atores sociais. Essas relações entre tais atores são geridas por normas e procedimentos que necessitam ser institucionalizados, ou seja, serem aceitos e reconhecidos por todos. Assim sendo, a governança se encontra ligada à governabilidade.

No campo do desenvolvimento regional, o conceito de governança se aplica na escala geográfica referente ao território em que os atores se articulam para construir estratégias de desenvolvimento. De acordo com Pecqueur (2001) a governança territorial caracteriza-se como um processo essencialmente dinâmico que visa a formulação e resolução de problemas inéditos. Segundo este pesquisador, essa coordenação, que une os atores, permite revelar recursos latentes e levar a uma criação em rede de valor materializado pela Renda de Qualidade Territorial.

No Brasil, a primeira menção explícita ao assunto da governança territorial ocorreu de maneira introdutória em Dallabrida e Becker (2003). Dallabrida (2003) também relaciona o tema à prática do planejamento do desenvolvimento, sob a ótica da institucionalização de um processo de colaboração entre o setor público e privado, no contexto do debate acerca da dinâmica do desenvolvimento territorial.

A governança pode ser entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses a partir de consensos mínimos. O exercício da governança territorial acontece pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritoriais (Dallabrida; Becker, 2003, p. 73).

Portanto, a governança desempenha um papel crucial no progresso dos territórios locais, podendo ser considerada um recurso específico. Isso ocorre porque é através dela que se estabelece a aproximação e a formação de redes de atores que os caracterizam, por meio de seus compromissos, acordos e convenções. Portanto, pode-se dizer que, à medida que o grau de compartilhamento das decisões em uma estrutura de governança territorial pública, que inclui diversos atores com interesses convergentes, aumenta a satisfação dos membros da governança ao contemplarem seus objetivos (Pires et al., 2017).

Os processos de integração territorial, envolvendo o Estado e a sociedade, requerem a aplicação de práticas pedagógicas capazes de estimular processos de aprendizado coletivo. Essas práticas são fundamentadas em métodos democráticos e sistemas participativos que caracterizam mecanismos de planejamento e administração sustentáveis, com o envolvimento e a identificação dos seus cidadãos. A criação e o aprimoramento de estruturas institucionalizadas de governança nos territórios-rede são fundamentais para a construção de um capital social coletivo que assegure a autogestão e o autocontrole da sociedade, em parceria com o Estado, para a preservação de práticas inovadoras e sustentáveis de gestão territorial (Dallabrida et al., 2022).

Desta forma, a relevância crescente dos mecanismos de governança no âmbito das políticas de ordenamento territorial demonstra tanto uma perspectiva mais estratégica e colaborativa dessas políticas, quanto a afirmação da governança territorial como um componente crucial de modelos de governança que exigem uma maior colaboração entre partes interessadas e uma maior coordenação entre políticas, seja de âmbito territorial ou setorial (Ferrão, 2010).

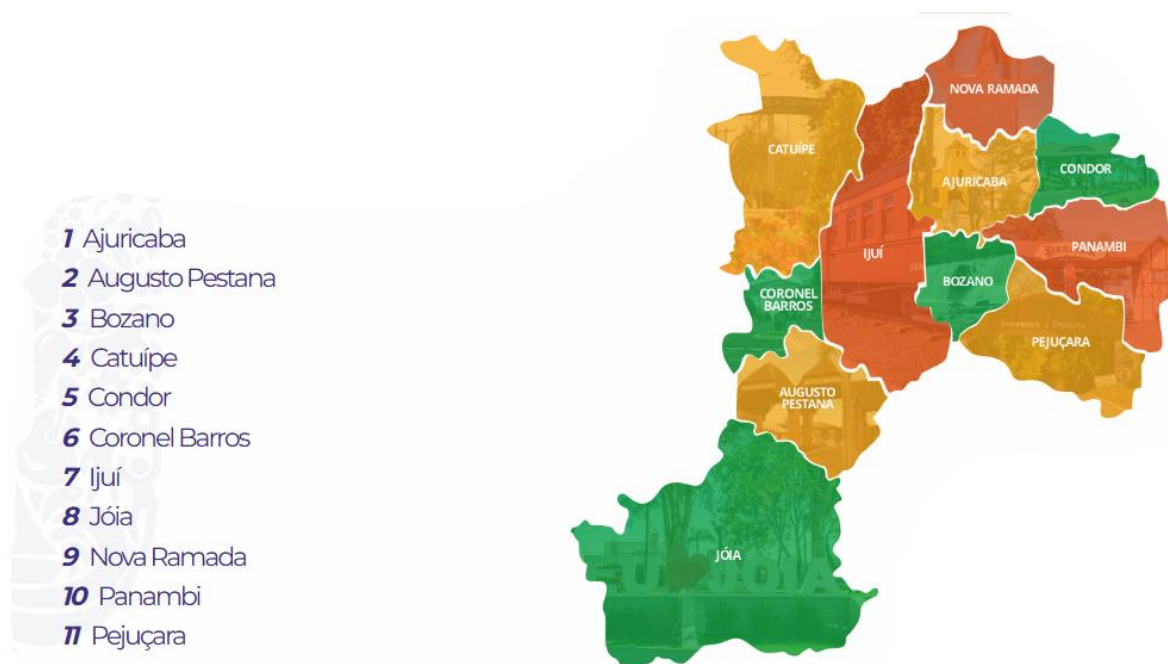
Assim sendo, a governança torna-se elemento estratégico na política Nacional do Turismo, sendo colaborativa na mediação de ações, validação de processo de regionalização turística, bem como na avaliação dos trabalhos articulados em prol do fortalecimento regional (Rodrigues; Souza, 2015).

PAPEL DA GOVERNANÇA TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO NOROESTE COLONIAL GAÚCHA

A construção da identidade turística de uma região está intrinsecamente ligada aos processos de organização, planejamento e participação coletiva, ou seja, a governança territorial. No contexto da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, a Rota das Águas, Culturas & Sabores (ACS) emerge como exemplo de uma proposta turística que articula cultura, natureza e gastronomia por meio de uma governança territorial ativa e colaborativa. A mobilização de diferentes atores locais tem sido essencial para estruturar uma oferta turística autêntica, conectada com os valores e as potencialidades regionais (ROTA ACS, 2025).

A Rota das Águas, Culturas & Sabores (ACS) é uma região turística localizada no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, composta por onze municípios que compartilham traços históricos, culturais e geográficos marcantes, conforme ilustrado na Figura 1. A região destaca-se pela forte presença da agricultura familiar, culinária típica, manifestações culturais e abundância de recursos naturais (ROTA ACS, 2025).

Figura 1. MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS E SABORES



Fonte: ROTA ACS, 2025. Disponível em: <https://rotaacs.com.br/municipios/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

A criação da Rota de Turismo das Águas, Culturas e Sabores busca promover o turismo regional de forma sustentável, aliando lazer, cultura, história e gastronomia ao fortalecimento do desenvolvimento regional, com a geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. De acordo com a interlocutora regional da Rota ACS, o papel dos turismólogos que atuam na região foi fundamental para o mapeamento da identidade turística e o fortalecimento das capacidades e qualidades de cada município que integra este projeto.

O conhecimento técnico dos turismólogos, aliado ao entendimento compartilhado entre os diferentes atores territoriais, foi essencial na construção da identidade turística da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. A referência a “Rota das Águas” se refere ao potencial turístico relacionado ao patrimônio natural da região, com destaque para cachoeiras e paisagens naturais. Em relação a “Rota das Culturas”, esta expressão se relaciona com o diverso patrimônio histórico e cultural da região Noroeste Colonial, a exemplo de sua arquitetura, festas e eventos tradicionais desta região. No que se refere a “Rota das Culturas”, está relacionada a gastronomia típica da região, com pratos reconhecidamente vinculados às etnias que a colonizaram e que mantém vivas as receitas passadas de geração em geração.

Durante o processo de regionalização do turismo, a governança regional desempenhou um papel singular, definida como uma entidade que envolve o poder público e os agentes privados dos municípios que compõem as regiões turísticas, com a função de coordenar o Programa em nível regional (BRASIL, 2007).

Em se tratando dos órgãos públicos envolvidos na elaboração da Rota ACS, podem ser citadas as Prefeituras Municipais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal. Se apresentam como organizações parceiras o Corede Noroeste Colonial, Instituições de Ensino Superior da região, Sistema S e Órgãos Regionais de Representação de Classe. As fontes de financiamento do projeto são a Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do RS e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RS e Ministério do Turismo.

Em uma fase inicial da Rota turística, o engajamento em mapear o comportamento dos turistas daquela região, com a criação de uma ambiente propício torna-se essencial, destacando o que é mais importante no desenvolvimento de cada município integrante, destaca o Secretário de Turismo do RS (Pejuçara, 2022) .

O papel da governança territorial ligada à identidade turística da Rota ACS tem possibilitado a articulação entre diferentes atores locais, promovida pela AMUPLAM (Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio) e o COREDE NorC (Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial), viabilizando ações coordenadas de planejamento turístico, capacitação de agentes locais e promoção da região enquanto destino integrado. Tal constatação vai ao encontro dos achados de Rodrigues e Souza (2015) sobre a importância da articulação de ações visando o alinhamento e fortalecimento regional. Além disso, Pires et al. (2017) defendem que a governança pode ser considerada um recurso específico do território, uma vez que desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional.

Entre as ferramentas de governança, um dos fatores centrais que contribui para a formação da identidade turística da Região Noroeste Colonial é a realização sistemática das reuniões de planejamento, que configuram espaços institucionais de articulação e deliberação entre os municípios que integram a Rota das Águas, Culturas e Sabores (ACS). Essas reuniões, que contam com a participação ativa dos secretários municipais de turismo, funcionam como arenas colaborativas de governança, onde são discutidas e alinhadas estratégias comuns, eventos regionais, ações de promoção turística e outras iniciativas.

Trata-se de momentos-chave para o fortalecimento da coesão regional e para a construção simbólica e prática de uma identidade turística compartilhada. Segundo relato da interlocutora regional da Rota ACS, a escolha de um coordenador entre os próprios secretários de turismo evidencia a adoção de uma lógica horizontal e participativa na gestão da rota, refletindo princípios democráticos de governança territorial. Essa autogestão entre os agentes municipais representa um avanço no sentido da autonomia e do protagonismo local, contribuindo para a legitimação das decisões e o comprometimento coletivo com os objetivos da rota. Além disso, esse processo favorece o desenvolvimento de uma cultura de cooperação intermunicipal, elemento essencial para consolidar a identidade regional como diferencial competitivo no cenário turístico estadual e nacional.

Outro ponto a ser destacado, e que contribui para a construção da imagem territorial da Região Noroeste Colonial, são os eventos em regiões já consolidadas em termos de identidade turística. Como exemplo, podem ser citados os casos da região missioneira e da serra gaúcha. Essas regiões, por sua trajetória histórica de promoção turística e reconhecimento simbólico, funcionam como referências no imaginário coletivo do turismo no Rio Grande do Sul. Eventos inspirados em formatos exitosos dessas regiões mais consolidadas permitem a troca de experiências, a adaptação de boas práticas e o fortalecimento da atratividade turística. Nesse sentido,

os eventos atuam como dispositivos de ativação simbólica do território, fundamentais para posicioná-lo como destino emergente no cenário turístico estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, com foco na região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do estado, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística.

Em relação ao processo de regionalização do turismo no estado do Rio Grande do Sul, evidenciou-se que o mesmo evoluiu ao longo das últimas décadas, estruturando-se em torno da valorização das identidades culturais, históricas e naturais dos territórios.

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 27 regiões turísticas. Entre elas está a região da “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada na região Noroeste Colonial do estado, objeto de análise deste estudo. A trajetória da Rota ACS exemplifica como a governança territorial pode atuar como um catalisador para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, articulando múltiplos atores e promovendo uma oferta turística coerente com as potencialidades de cada local.

A análise demonstrou que a construção da identidade turística da região não se dá apenas pela catalogação de atrativos, mas pela mobilização colaborativa entre agentes públicos, privados e da sociedade civil organizada. A atuação de instituições como a AMUPLAM e o COREDE Noroeste Colonial, aliada ao protagonismo dos municípios e seus gestores, revela a importância de estruturas de governança sólidas e participativas. Tais arranjos institucionais permitem o fortalecimento da coesão regional, a qualificação da experiência turística e o estímulo à geração de renda de maneira alinhada com os princípios do turismo sustentável.

As limitações deste estudo residem na abrangência da coleta de dados empíricos, que, embora adequado ao objetivo proposto, não permite generalizações para outras regiões turísticas do estado ou do país, além de limitar a compreensão dos impactos práticos da governança sobre o desenvolvimento socioeconômico local, carecendo de dados quantitativos ou indicadores de desempenho turístico.

Portanto, como desdobramentos futuros, sugere-se o aprofundamento de pesquisas que analisem os impactos socioeconômicos diretos da Rota ACS nos municípios integrantes, bem como a avaliação de boas práticas que possam ser replicadas em outras regiões turísticas do estado. A continuidade e o aprimoramento das ações de governança territorial, com foco em planejamento integrado e capacitação de agentes locais, serão determinantes para consolidar a região Noroeste Colonial como um destino turístico de referência no cenário gaúcho e nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, p. 78-86, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, 2007a. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de->

regionalizacao/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf.

COPPEDGE, M. **Instituciones y gobernabilidad democrática en América Latina**. Madrid: Síntesis, 1995.

COSTA, S. R.; CARVALHO, C. M. B. Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional. In: IX SEGeT 2012, Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, out. 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf>.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.; COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de concentración público-privada. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, n. 4, p. 1-34, 2003.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.5, n.2, p.226-247, ago. 2011.

MARQUES, T. S.; ALVES, P. O desafio da governança policêntrica. **Prospectiva e Planejamento**, vol. 17, 2010, p. 141-164, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie Rurale**, n° 261, p. 37-49, 2001.

PEJUÇARA. Rota das águas, culturas e sabores. *Prefeitura Municipal de Pejuçara*, 16 setembro 2022. Disponível em: <https://www.pejucara.rs.gov.br/noticia/5342/rota-das-aguas-culturas-e-sabores/>. Acesso em: 27 maio 2025.

PIRES, E. L. S; FUINI, L.L.; FIGUEIREDO FILHO, W. B.; MENDES, E. L. A Governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **Geographia**, v.19, n.41, p.24-38, 2017.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 1-13, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo. *Regiões Turísticas*. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/regiao>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RODRIGUES, S.L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago2015, pp.234-250.

ROTA ACS (ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS & SABORES). *Municípios*. Disponível em: <https://rotaacs.com.br/municipios/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

TORFING, J.; PETERS, BG.; PIERRE, J.; SORENSEN, E. **Interactive governance: Advancing the paradigm**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

XAVIER, T. R.; TOTTI, K. A. S.; RADDATZ, S. M. F.. Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, p. 86-109, 2021.

WORLD BANK GROUP. Governance and Development. 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/604951468739447676/Governance-and-development>. Acesso em 02 fev de 2025.